Educação Ambiental e Unidade de Conservação: uma experiência com a qualificação de professores

Área temática: Educação

Ana Lúcia Olivo Rosas Moreira¹, Eliane Picão da Silva Costa², Aline Gregório³, Anderson de Souza Moser⁴, Fabiane Borges Pacanhela⁵, Elio Jacob Hennrich Junior⁶, Elocir Aparecida Corrêa Pires⁷

¹ Prof. Depto de Biologia/DBI/PCM/UEM, contato: alormoreira@gmail.com

²Aluna do Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática PCM/UEM- contato: lilipcd@hotmail.com

³Aluna do Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática, bolsista CAPES— UEM, contato: <u>alinebio130@gmail.com</u>

⁴Aluno do Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática, bolsista CAPES– UEM, contato: anderson_moser@live.com

⁵Aluna do Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática PCM/UEM- contato: borgesfabiane@hotmail.com

⁶Aluno do Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática PCM/UEM- contato: elio_jacob@hotmail.com

⁷Aluna do Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática PCM/UEM- contato: <a href="https://linear.nlm.nih.gov/luma-renamental-nih.gov/luma-ren

Resumo: A presente pesquisa trabalhou a Educação Ambiental (EA) com a comunidade escolar, em uma unidade de conservação urbana, o Parque do Cinquentenário. Localizado no município de Maringá-PR, o Parque sofre com a exploração de seus recursos naturais e impactos ambientais. Diante disso, foi desenvolvido um curso de qualificação para docentes do Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, com a participação de seis professoras das disciplinas de Ciências, Biologia, Geografia e Artes. O trabalho desenvolvido contribuiu para a qualificação dos docentes quanto a inserção da EA em sua prática pedagógica, bem como lançar um novo olhar em relação à Unidade de Conservação próxima a escola, estendendo-o para os alunos e a comunidade.

Palavras-chave: Meio ambiente – educação não-formal - sujeito ecológico.

1. Introdução

A educação, no que se refere à questão ambiental, é vista como um processo coletivo de construção da cidadania e de uma educação política que permite analisar criticamente os problemas e consolidar a democracia e uma nova relação sociedade natureza, que garantam a qualidade de vida e as condições de uma sociedade sustentável.

Neste sentido, o primeiro reflexo está voltado no que a educação pode contribuir para solucionar os problemas da modernidade. Burnham (1993) acredita no papel social da educação, por ser responsável à formação integral do cidadão de maneira que possa atuar no processo de transformação que passa a sociedade. A educação tem uma influência importante na reversão do processo de degradação que ocorre atualmente ao ambiente, no entanto, não se pode mistificar seu o papel como fator unitário nesse âmbito. Nesse aspecto é necessário compreender que somados a essa temática estão os conflitos de interesses socioeconômicos, como por exemplo, a exploração territorial de maneira desordenada.

No contexto escolar a Educação Ambiental, por vezes apresenta limitações, devido à estratégia metodológica utilizada na condução do conteúdo, bem como na qualificação da formação docente, pois se restringe ao plano teórico das disciplinas, não abrangendo o impacto que ele provoca no meio social, nem tampouco a influência governamental no processo.

Em geral, a Educação Ambiental é vista com enfoque essencialmente naturalístico, em razão do conteúdo integrado das Ciências Físicas e Biológicas, e dos objetivos educacionais, os quais não incorporam a dimensão social, cultural e econômica. No entanto, para abandonar a lógica desse caminho unívoco, passa a ser importante a busca de alternativas que indicam um sentido de complexidade, de uma linguagem não neutra e vazia, e modelada pela subjetividade e de novas significações (SATO; SANTOS, 2001).

Diante de tais perspectivas é que emerge a necessidade de utilizar a Unidade de Conservação, pois construímos conhecimento por meio das interações com a sociedade e com o meio, quer seja natural ou não. Para tanto, pode-se dizer que todo espaço tem potencialidade educativas desde que haja uma intencionalidade de ensino capaz de responder ás necessidades de aprendizagem dos alunos.

Desta forma, procura-se nos tópicos seguintes, caracterizar e refletir sobre tais perspectivas da educação ambiental e apresentar uma experiência vivenciada em um curso de formação, utilizando-se de uma Unidade de Conservação, com professores em exercício da profissão.

2. Desenvolvimento

Nas práticas educativas, o profissional educador pode levantar questões que respaldam a necessidade de ações com caráter conservacionista. Os programas de EA em unidades de conservação (UCs) abrangem um papel básico no fomentar da dimensão humana em ações conservacionistas. Essas (UCs) têm sido criadas com um grande espectro de objetivos, pois são áreas especialmente dedicadas à proteção e à manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e culturais associados, e manejadas por lei ou outras formas efetivas. Sobretudo, no que se refere às unidades de conservação, seu principal objetivo é o da preservação da biodiversidade (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2001).

Tratar essas (UCs) em meio escolar, representa uma estratégia metodológica para o educando formar os ideais de conservação e cuidado com o meio ambiente. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define as (UCs) como: "o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos" (BRASIL, 2000, p.1).

Portanto, cabe a escola, enquanto instituição de ensino responsável pela manutenção e perpetuação do conhecimento às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir, induzir o contato de seus integrantes com o meio.

Uma UC categorizada como Parque está inserida, conforme Brasil (2000), no grupo das Unidades de Proteção Integral, no qual objetiva a preservação da natureza com a permissão do uso indireto dos seus recursos naturais. Os Parques, além da preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e de beleza cênica, possibilitam o desenvolvimento de atividades na educação formal, não formal e interpretação ambiental, de recreação, de turismo ecológico e a realização de pesquisas científicas. Segundo Libâneo (2002) as atividades não formais tem um caráter intencional. Assim, além da importante função primária de preservação, a comunidade acadêmica pode usufruir das unidades realizando pesquisas que envolvem levantamentos dos componentes bióticos e abióticos e mensuração dos organismos que integram a fauna e flora presentes.

Considerando a Unidade Municipal de Conservação, Parque do Cinquentenário e as instituições de ensino localizadas nas suas proximidades, destaca-se a comunidade escolar desses estabelecimentos e a possibilidade de transformá-la em agente voluntário e multiplicador da conservação do patrimônio natural. Esta pesquisa pretende desenvolver propostas teórico-metodológicas referentes à EA crítica, a qual promove uma reflexão das diversas dimensões que estão envolvidas nas questões ambientais (LOUREIRO, 2005), subsidiando a uma participação comunitária efetiva aos problemas voltados, em especial, às Unidades de Conservação.

3. Metodologia

Esta pesquisa se insere na perspectiva metodológica da pesquisa-ação, "um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada" (THIOLLENT,1985, p. 14).

A pesquisa contou com algumas atividades realizadas por alunos e professores que participam do projeto de extensão no Programa de Proteção e Educação em Unidade de Conservação e Áreas Especialmente Protegidas (PROEDUCON) no município de Maringá - PR.

No período de 24/08/18 à 28/08/18 o grupo participou da organização dos eventos Encontro de Formação de Professores de Biologia - Sociedades e Culturas nas Escolas Públicas (EFORBIO) e o Encontro Maringaense de Biologia (EMABI), realizados concomitantemente na UEM. Ambos contaram com a participação de professores, acadêmicos e alunos do ensino médio da educação básica. Outro evento foi um minicurso sob a temática "A Educação Ambiental em Temas Controversos uma alternativa ao desenvolvimento da Cidadania", o qual teve como objetivo a qualificação de licenciandos em Ciências Biológicas.

Também foi ofertado um curso de qualificação docente intitulado "A Formação de Professores na Perspectiva da Educação Ambiental com a Temática Floresta" aos professores do Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf. O curso teve carga horária de 26 horas, realizado aos sábados durante os meses de 08/2018 a 11/2018, nas dependências do Colégio. Participaram da formação seis professoras das disciplinas de Ciências, Biologia, Geografia e Artes. Observa-se que com este curso, devido a constante assessoria às propostas didático-pedagógicas promovidas pelos docentes em suas turmas, possibilitaram melhor visão do contexto ambiental e maior autonomia para novas atividades de Educação Ambiental em sua prática docente.

Outros momentos de qualificação docente, considerando os elementos do grupo de extensão foi a participação em eventos científicos com a apresentação de trabalhos. Assim, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática (PCM) da UEM, participaram do II Simpósio de Pesquisa em Ensino de Ciências (SIPEC). Nesse evento houve a socialização dos resultados da pesquisa referente ao diagnóstico socioambiental realizado com a comunidade do entorno do Parque do Cinquentenário, cujo trabalho foi publicado na Revista Valore.

4. Considerações Finais

A experiência com a oferta do curso contribuiu para o despertar de uma postura crítica e mais consciente dos professores, sobre as necessidades de mudança de valores e posturas perante a situação que vem sendo construída em relação ao ambiente como um todo.

Sem a pretensão de apresentar um receituário a ser seguido rigidamente, nossa intenção é sugerir uma proposta de ensino investigativo, que vise a participação ativa do aluno no processo de ensino e aprendizagem, tendo como alternativa de recurso pedagógico ambiente natural. Essa proposta de atividade tem por intuito aproximar os alunos da atividade científica, despertando uma postura participativa dos alunos, de modo que venha a contribuir com a formação de sua autonomia intelectual.

Referências

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Brasília, MMA, 2000.

BURNHAM, T. F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. **Em Aberto**, Brasília, ano 12, n.58, abr./jun. 1993.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. **Biodiversidade a hora decisiva**. Curitiba: UFPR, 2001.

LIBÂNEO, J.C. Pedagogia e Pedagogos: para que?. São Paulo: Cortez, 2002.

SATO, M.; SANTOS, J. E. dos Um breve itinerário pela educação ambiental. In: SANTOS, J. E. dos; SATO, M. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora.** São Carlos: RiMa, 2001. p.1-10.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985, p. 14.